

## Assembléia da ADUR-RJ delibera pela filiação do Sindicato Nacional à Conlutas

Em Assembléia de 25 de janeiro, os presentes elegeram a Delegação da ADUR-RJ, que participará do 26º Congresso do ANDES-SN (Campina Grande - Paraíba, de 27 de fevereiro a 4 de março).

Na ocasião, discutiu-se sobre a relação entre o ANDES-SN e a Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas). O assunto não se esgotou naquela Assembléia, e os presentes avaliaram que a deliberação da ADUR-RJ sobre o tema, que será levada ao Congresso do ANDES-SN, deveria ser indicada em nova AG, em 6 de fevereiro.

Neste dia, após o debate, a plenária deliberou que os representantes da ADUR-RJ no Congresso devem indicar a filiação do Sindicato Nacional à Conlutas.



**ANDES-SN divulga nota sobre o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC): é hora de mobilização**

Página 2

**Informe jurídico: Assessor da ADUR-RJ comenta o acúmulo de funções por professores com Dedicção Exclusiva**

Página 7

# Do espetáculo do crescimento ao PAC, a nova bravata

*Nota do ANDES-SN*

O anúncio do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, traz-nos à memória afirmações como: "Outro dia eu disse num debate que o mês de julho seria o mês do espetáculo de crescimento. Estou convencido de que esse mês é o mês que a gente vai começar a fazer a curva que deveríamos fazer." (Discurso de Lula no Congresso do Sindicato dos Metalúrgicos em São Bernardo do Campo, em agosto de 2003). A previsão do espetáculo se sustentava principalmente nos esperados resultados da reforma da Previdência comandada por Lula naquele período. Os docentes das IES públicas, como todos os servidores, sentiram os efeitos da perda de direitos, mas, até o momento, não viram o espetáculo. E ninguém viu. Viu-se a proeza de uma economia estagnada possibilitar aos bancos lucros recordes e o superávit primário superar as metas recomendadas pelo FMI, viu-se o governo subsidiar empresas privadas de educação superior enquanto cresceu a precarização do trabalho docente. Viu-se o aumento vertiginoso da violência urbana, o aumento da pobreza, aliviada apenas por políticas focalistas.

Na retórica oficial, o PAC permitiria um total de investimentos de R\$ 503,09 bilhões, em quatro anos, nas áreas de transporte, energia, saneamento, habitação e recursos hídricos, sendo que R\$ 67,8 bilhões seriam provenientes do orçamento do governo federal e outros R\$ 436,1 bilhões corresponderiam a recursos privados e das companhias estatais federais. É grave o fato de que parcela considerável destes investimentos serão feitos com a poupança dos trabalhadores depositada no FGTS, sem possibilidade do retorno devido, nem mesmo a longo prazo.

A política econômica, adotada tanto nos oito anos do governo FHC como no primeiro mandato de Lula, produziu a elevação da taxa de juros que impulsionou o endividamento público, resultando no baixo nível de crescimento do PIB, cuja média é inferior a 2,7% a.a. nos últimos 12 anos.

Em linhas gerais, o atual governo seguiu os fundamentos do governo FHC: colocar os instrumentos de governo, especialmente aqueles dirigidos ao balizamento da política econômica, direcionados a produzir garantias de farta remuneração aos rentistas, assegurando condições para a continuidade do pagamento da dívida pública, acima de qualquer coisa. A partir de crescentes superávits primários, os juros altos tornavam os títulos públicos o principal investimento para o setor privado.

Nessa direção, foi criado o Fundo Social de Emergência (FSE), depois transformado em Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) e finalmente a DRU (Desvinculação de Receita da União) e a CPMF, que o PAC prorrogará. A geração de superávit primário visava a assegurar dinheiro líquido para esse fim. Nos últimos quatro anos, o superávit primário ficou acima da meta formal de 4,25% do PIB em 2004 (4,61% do PIB) e 2005, quando atingiu o pico de 4,84% do PIB.

O resultado disso fez com que a dívida contraída pelo governo Lula com a emissão de títulos públicos crescesse R\$ 470 bilhões no primeiro mandato, chegando a R\$ 1,094 trilhão no final de 2006. Essa expansão de 75% se explica pelos elevados juros praticados no país e, em parte, pela estratégia de conversão de seu endividamento externo por dívida interna. Nos últimos 12 anos, o Brasil pagou R\$ 1,1 trilhão.

O PAC busca dar continuidade ao projeto Avança, Brasil, lançado por FHC no fim de agosto de 1999 - seis meses depois da mudança da política cambial e da severa desvalorização do real -, que deixou alguns remanescentes de seus 365 projetos para este programa de velhas novidades deste novo governo. Entre as obras que passaram do Avança, Brasil para o PAC estão pelo menos seis rodovias. A primeira é a duplicação do trecho da BR - 381, que liga Belo Horizonte a Governador Valadares. Outro caso é a duplicação

da BR-153, na divisa de Mato Grosso e Goiás. Também consta do PAC um projeto para o qual o Avança, Brasil previa a conclusão em 2008 - a duplicação da BR-101, no trecho entre Palhoça (SC) e Osório (RS).

No orçamento de 2007, a mesma opção perversa, que denunciamos aqui, é mantida. Mais da metade dos recursos (59,5%) está destinada ao refinanciamento, à amortização ou ao pagamento de juros da dívida pública. Tal fato revela que não houve mudança de orientação da política econômica. Em outras palavras, o PAC é apresentado sem que o essencial seja alterado, pois os juros reais altos continuam determinando o deslocamento da maior parte da riqueza diretamente para as mãos dos rentistas, sejam bancos ou fundos de Pensão.

Quando o governo avalia que os principais obstáculos ao crescimento são os setores de Estado encarregados de executar o que resta de políticas sociais públicas no país e a legislação de proteção do ambiente natural e dos direitos dos trabalhadores, significa que vê na aprovação das reformas (trabalhista, universitária, sindical e da previdência) fato decisivo para a retomada do desenvolvimento. Isso é falso e repete a mesma retórica ardilosa de todos os governos neoliberais dos anos 90, pois houve estagnação onde as reformas mais avançaram, como no caso da Argentina. Lá, o crescimento somente se ampliou depois da declaração da moratória.

O requinte utilizado agora pelo governo em sua obstinação voltada a reduzir o alcance da previdência pública ao mínimo, a favor dos fundos de pensão, foi estabelecer um mecanismo de externalização do custo político de tal agressão aos trabalhadores, através da constituição de um Fórum Nacional da Previdência Social com a participação de entidades que se dizem representantes dos trabalhadores.

O compromisso com o ajuste fiscal leva mais uma vez os servidores públicos federais a pagarem com mais precarização das condições de trabalho, além do arrocho salarial, e a

sociedade, com a perda de direitos sociais em decorrência da queda de investimentos na manutenção desses serviços, além do desvio do seu fundo de garantia para aplicações que não trarão retorno.

É imposto o limite de 1,5% acima da inflação à folha de pagamento da União, o que nem sequer atende a seu crescimento vegetativo, resultando, portanto, em uma perspectiva de congelamento do salário dos SPFs. Dessa forma, não assegura a compensação das perdas salariais do primeiro mandato tampouco as do mandato de Fernando Henrique Cardoso. Para os Estados e Municípios outros mecanismos apontam também para arrocho do funcionalismo. Além disso, indica a possibilidade de não se realizarem novas contratações para o quadro efetivo, sinalizando que o elevado número de professores substitutos tende a aumentar.

Repudiamos a aplicação da poupança pública recolhida de todos os brasileiros priorizando a produção de superávit destinado ao pagamento de juros escandalosos, em detrimento da aplicação em políticas públicas de interesse social, bem como repudiamos o anunciado PAC que ajusta e aprofunda essa lógica injusta.

Conclamamos as entidades da sociedade a desencadear uma campanha conjunta de esclarecimento sobre a natureza, a magnitude e as implicações da dívida pública, demonstrando as conseqüências decorrentes da forma como a questão tem sido tratada pelos últimos governos. A prevalecer essa lógica de desvirtuamento da aplicação dos recursos públicos, a cada crise, seremos submetidos a novos pacs.

Consideramos imperiosa a necessidade de mobilização de todos os setores sociais para construir uma grande reação dos trabalhadores do serviço público e do setor privado visando a barrar o anunciado conjunto de medidas e combater as reformas que irão retirar direitos dos trabalhadores como forma de impulsionar a acumulação de capital.

*Brasília, 26 de janeiro de 2007*  
*A Diretoria*

# Pacote Serra põe em xeque autonomia universitária, a qualidade do ensino e o seu caráter público

*Em apenas um mês de gestão, o governo de José Serra (PSDB) já atacou o ensino público superior paulista em duas frentes. No primeiro dia de mandato, decretou a criação da Secretaria de Ensino Superior que, na prática, deve funcionar como uma “super-reitoria”. Logo depois, o tucano anunciou que os repasses de verbas para as três universidades públicas estaduais – USP, Unesp e Unicamp – serão cortados em 15%.*

O Fórum das Seis – entidade que compreende as associações de professores e sindicatos de trabalhadores das três universidades – realizou uma assembléia e redigiu um documento que classifica o pacote de Serra como um das “mais violentas e autoritárias intervenções do governo do Estado na autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial das universidades estaduais paulistas.”

O Fórum deliberou um calendário de mobilizações, em conjunto com os estudantes. Nas primeiras semanas de aula, as entidades irão realizar atividades para esclarecer os calouros acerca da nova conjuntura imposta pelo governo. “Vamos explicar que, quando eles fizeram o vestibular, a universidade era uma coisa; agora que estão matriculados a situação já é outra”, comenta Aníbal Ribeiro, diretor do Sindicato dos Trabalhadores da USP (Sintusp). “O ataque do governo foi grande e nossa reação vai ser maior ainda”, promete.

**Na análise do presidente da Associação dos Docentes da USP (Adusp), César Minto, as medidas de Serra corroboram um projeto de universidade formulado pelo PSDB, sustentado no discurso de que é “muito oneroso” um ensino público de qualidade, baseado no tripé ensino, pesquisa e extensão. Dentro dessa lógica, o Estado daria um aval para uma maior captação de recursos externos, ou seja, investimento privado. Esse processo, na visão dos órgãos representativos da comunidade acadêmica, compromete o caráter público da universidade.**

**A justificativa:** O governo do Estado, por sua vez, argumenta que o pacote de medidas visa romper o “isolamento” das instituições de ensino: “as universidades não são ilhas isoladas, devem estar abertas à sociedade, buscar o entrosamento e o governo é um instrumento importante para isso”, justificou o secretário estadual da Casa Civil, Aloysio N.Ferreira, em entrevista à Folha de S. Paulo.

Nessa linha, para “enquadrar” as universidades, os tucanos atuaram em duas vias: uma política, outra financeira. Primeiro, vincularam à recém-criada Secretaria de Ensino Superior, comandada por José Aristodemo Pinotti (PFL), o Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp), a principal instância deliberativa acerca das questões universitárias.

Na outra ponta, o governo do Estado asfixiou o orçamento do ensino superior. No apagar das luzes de sua gestão, o ex-governador Cláudio Lembo (PFL) derrubou aumentos de verbas para as universidades negociados com o Palácio dos Bandeirantes e a Assembléia Legislativa de São Paulo. Lembou afirmou que tomou a medida após conversar com José Serra (A pedido de Serra, Lembo reduziu verba da educação). O acréscimo dos investimentos foi uma conquista do Fórum das Seis que, após uma intensa mobilização, conseguiu que o governo paulista aceitasse investir 10,43% do que arrecada com o ICMS no ensino superior. O percentual antigo – e que agora voltará a prevalecer – é de 9,57% da arrecadação com esse imposto.

**Mais restrições:** O corte de verbas não ficou nisso. Serra anunciou ainda que vai reter 15% da verba da universidade pública. Em janeiro, o tucano não repassou R\$ 21,5 milhões do orçamento da USP e da Unesp. Para a tesoureira Adusp, Lighia Matsushigue, o contingenciamento é um “acinte”. “Estávamos pedindo mais verbas, justamente, porque os 9,57% não são suficientes para financiar uma educação de qualidade”, afirma Lighia.

Na visão dela, a autonomia universitária torna-se fictícia quando não há autonomia de gerenciamento financeiro. “Em função da escassez de verba, a USP da Zona Leste, por exemplo, não tem laboratórios de pesquisa, nem sala para os professores. Sem um suporte financeiro do estado, a universidade fica voltada aos interesses de mercado. Só haverá estudos relacionados ao que dá retorno

financeiro, como já acontece em algumas unidades da USP”, diz a tesoureira, que prevê dificuldades para as instituições fecharem suas contas, inclusive para custear os gastos com pessoal.

Para Aníbal Ribeiro, do Sintusp, a intenção do governo é realizar mais “ajustes”. “Sabemos que haverá enxugamento no quadro de funcionários e precarização do ensino. Questões materiais, como, por exemplo, os equipamentos dos Hospitais Universitários, também serão afetadas”, reitera.

**Medidas abrem espaço para as fundações privadas:** Um efeito do corte de verbas para o ensino superior paulista é o fortalecimento das fundações de direito privado nas universidades, sobretudo na USP. Essas fundações, tais como a Fipe, Pipecaf e a Fundação Zerbini, têm atuado na maior universidade do país de forma irregular. Ministram cursos pagos de pós-graduação e financiam pesquisas voltadas para empresas privadas e o mercado, dentro da estrutura da universidade pública. “As fundações se utilizam do espaço físico, dos equipamentos e do quadro de funcionários, além do nome da universidade para fins privados. Ninguém joga dinheiro pela janela, querem auferir lucro”, afirma César Minto, presidente da Adusp.

No entanto, com o governo reduzindo o investimento público, as parcerias com as fundações ganharão mais apelo. Em 2001, o Conselho Universitário da USP, no qual as fundações possuem assentos e influência, tentou aprovar a regulamentação das fundações. Estudantes ocuparam o local onde a reunião ocorria e o processo foi suspenso.

O Ministério Público (MP) acompanha a questão e, por meio de Termos de Ajustes de Conduta (TACs), obrigou as fundações a não mais usar a estrutura universitária. Algumas já retiraram suas sedes da Cidade Universitária, Zona Oeste da capital paulista, e instalaram-se nos arredores. Mas, segundo a Adusp, os TACs são uma faca de dois gumes:

por um lado obrigam as fundações a não mais utilizar o espaço público, mas de certa forma as “legalizam”, avalia César.

**Ataques não se restringem ao ensino superior:** No mesmo decreto em que criou a Secretaria de Ensino Superior, o governo Serra realizou um desmembramento institucional no setor da Educação. O Centro Paula Souza, responsável pelas Faculdades de Tecnologia (FATECs) e pelas Escolas Técnicas Estaduais (ETEs), que era vinculado à Unesp, passou a ser subordinado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

Com essa “reestruturação”, a educação passa a ser pensada de maneira fragmentada, já que as três universidades públicas ficam subordinadas à Secretaria de Ensino Superior e os ensinos básico, fundamental e médio continuam a cargo da pasta de Educação. Para César Minto, presidente da Adusp, dividir a educação em três pastas distintas, demonstra uma intenção de “não construir um sistema público de educação”. O fato de o ensino técnico ficar dissociado das pastas de Educação e Ensino Superior, representa, para o presidente, uma tentativa de construir dois tipos de ensino. “No nosso ponto de vista, o governo realizou essa manobra, para poder ficar sem amarras, para fazer o que quiser com as Fatecs (antes subordinadas ao Cruesp). Assim, pode efetuar uma ampliação de vagas, com custos menores, oferecendo uma qualidade de ensino, no mínimo, questionável”, afirma César.

Na visão de César, esse tipo de ensino seria oferecido às parcelas mais pobres da população, enquanto os cursos das universidades administradas pela Secretaria de Ensino Superior seriam destinados a uma pequena, e rica, parcela da população. O docente teme que cursos de maior “agilidade”, com estrutura precarizada e voltada às demandas técnicas do mercado, se disseminem e atinjam uma parcela maior do ensino superior, tal como a USP da Zona Leste.

**FONTE: Brasil de Fato**

**ADUR INFORMA**

# Assembléia define Delegação para 26º Congresso do ANDES-SN

Fotos: Aline Pereira

No dia 25 de janeiro passado, ocorreu a Assembléia da ADUR, realizada na sede da Associação, tendo a seguinte pauta: 1) Seminário sobre a relação entre o ANDES-SN e a Conlutas; 2) Eleição de Delegados e Observadores para o 26º Congresso do ANDES-SN, que acontecerá em Campina Grande (PB), no período de 27 de fevereiro a 4 de março de 2007, com o tema: Reconstruindo a Unidade dos Trabalhadores para enfrentar as velhas reformas do novo governo.

Os trabalhos foram presididos pela Profa. Lenir Furtado e secretariados pelo Prof. Dari Cesarin Sobrinho. Eles lembraram que a Associação de Docentes da Rural convocou duas vezes os seus filiados para que participassem de um Seminário sobre a relação do ANDES-SN com a Conlutas – que não ocorreu por falta de quorum.

Posteriormente, os Professores Frederico José Falcão e Luis Mauro Sampaio Magalhães foram convidados a participar da mesa, para apresentarem o texto “Conlutas – mais um passo na reorganização dos trabalhadores”, de autoria deles e da Profa. Celia Regina Otranto. O texto historiciza a relação do Sindicato Nacional com a CUT até o rompimento do ANDES-SN com a Central Única dos Trabalhadores, em 2004. Analisa a relação entre o ANDES-SN e a Conlutas, indicando a necessidade de reorganização da classe trabalhadora, que, tem sido atacada pelo governo federal, por meio de medidas como as Reformas da Previdência, Trabalhista e Sindical. Por fim, como Texto Resolução, propõe que o ANDES-SN filie-se à Coordenação Nacional de Lutas.

Após a apresentação do texto, que foi distribuído aos presentes e publicado na edição nº91 do ADUR Informa, houve amplo debate sobre a relação do ANDES-SN com a Conlutas. Os presentes concordaram que qualquer decisão sobre o assunto não seria tomada naquele momento,



indicando a necessidade de nova Assembléia para deliberar sobre o posicionamento que os delegados da ADUR-RJ deverão levar ao 26º Congresso do ANDES-SN sobre a filiação ou não do Sindicato Nacional à Conlutas. Nova Assembléia da ADUR-RJ foi marcada para o dia 6 de fevereiro, no Quiosque da Associação.

Após a discussão do primeiro ponto de pauta, os presentes deliberaram sobre a Delegação que representará a ADUR-RJ no 26º Congresso do ANDES-SN.

Por fim, o Prof. Dari Cesarin Sobrinho pediu a palavra e explicou que, há algum tempo, tem realizado levantamento junto às operadoras de telefonia celular para disponibilizar o serviço aos filiados da ADUR-RJ. Na ocasião, os professores Aivaldo Henrique da Fonseca, Ana Cristina Souza dos Santos, Lenício Gonçalves e o próprio Dari Cesarin Sobrinho candidataram-se para realizar discussões e estudos sobre o assunto, compondo uma Comissão para tal fim, sistematizando uma proposta de plano de telefone celular para os associados da ADUR-RJ.



## Delegação da ADUR-RJ no 26º Congresso do ANDES-SN

**Delegação:** Profa. Lenir Furtado Aguiar, Profa. Celia Regina Otranto, Profa. Ana Cristina S. dos Santos, Prof. Frederico José Falcão, Prof. Luis Mauro S. Magalhães, Prof. Orlando Marques da Costa e Aline Pereira, jornalista.

**Suplentes:** Prof. Lenício Gonçalves e Prof. Dari Cesarin Sobrinho.

*O Caderno de Textos e seu Anexo estão disponíveis para consulta na sede da ADUR-RJ. O material sobre o Congresso também pode ser obtido no site da Associação ([www.adur-rj.org.br](http://www.adur-rj.org.br)) ou do ANDES-SN ([www.andes.org.br](http://www.andes.org.br)).*

# Em nova assembleia, ADUR-RJ delibera pela filiação do Sindicato Nacional à Conlutas

No dia 6 de fevereiro, ocorreu nova Assembleia da ADUR, que teve como pauta: 1) Deliberação sobre a filiação ou não do ANDES-SN à Conlutas; 2) Textos Congressuais; 3) Insalubridade; 4) Proposta sobre o plano de telefonia celular para associados da ADUR-RJ; 5) Assuntos Gerais/Informes. Os trabalhos foram presididos pela Profa. Celia Regina Otranto e secretariados pelo Prof. Dari Cesarin Sobrinho, que inicialmente, propuseram a inversão da pauta, como forma de dinamizar a discussão.

Primeiramente, o Prof. Luis Mauro Magalhães, que esteve em Brasília representando a ADUR-RJ, no último dia 3 de fevereiro, prestou alguns informes sobre a reunião do GTPFS (Grupo de Trabalho de Política e de Formação Sindical), que ele considerou bastante proveitosa.

O Prof. Luis Mauro Magalhães esclareceu que cerca de dez seções sindicais participaram da reunião do GTPFS, que discutiu, principalmente, a mobilização sindical nas Instituições Particulares de Ensino Superior (IPES). Os professores que trabalham em universidades particulares têm sido

reprimidos pela Reitoria dessas Instituições quanto à realização de atividades sindicais.

Aprovou-se, na reunião do GTPFS, um texto que será enviado ao 26º Congresso, assinado pelos presentes, que denuncia a perseguição que os professores das IPES têm sofrido e que busca aumentar a mobilização do Sindicato para este setor.

O representante da ADUR levou também a preocupação com respeito à licença para mandato sindical e carreira docente. A ADUR-RJ, no momento em que houve a discussão sobre a progressão funcional à classe de professor associado, levou esta discussão às instâncias superiores da Universidade, como o CONSU (Conselho Universitário). *[As edições 87, 88 e 89 do ADUR Informa contemplam o debate sobre a progressão funcional à classe de associado e relatam como se deu sua implementação na UFRRJ].*

Na reunião do GTPFS, foi sugerido à ADUR a elaboração de outro Texto para o Congresso, com este tema. O texto será apresentado

aos professores, para discussão, emendas e aprovação na próxima Assembleia da ADUR.

De acordo com o Prof. Luis Mauro Magalhães, o GTPFS também debateu a centralidade da luta, tendo sugerido como prioridade para o ano de 2007 a reorganização e a unificação da classe trabalhadora.

## Textos Congressuais

Após os informes iniciais, os professores debateram sobre os artigos que constam do Caderno de Textos do 26º Congresso do ANDES-SN, disponível para consulta na sede da ADUR-RJ e divulgado nos sites da Associação e do Sindicato Nacional.

Para facilitar a condução dos trabalhos, deliberou-se pela discussão dos Textos Resolução (TR), que constam do Caderno de Textos do evento, considerando-se aqueles que são mais expressivos em relação aos seguintes temas: centralidade da luta e organização da classe trabalhadora (TR10), políticas sociais e políticas educacionais (TR11, 12 e 13), e aqueles que se referem à relação do ANDES-SN com a Conlutas, com destaque para o Texto Resolução nº 16.

## Centralidade da luta

Os professores Luis Mauro Samapio Magalhães e Frederico José Falcão teceram considerações sobre o Texto Resolução nº 10, que se chama “Centralidade da luta em 2007”, proposto pela Diretoria do ANDES-SN, a partir de suas experiências em reuniões do GTPFS do Sindicato Nacional.

Houve amplo debate sobre o tema, e os professores aprovaram a seguinte resolução, como posicionamento dos delegados da ADUR-RJ ao Congresso, como principal eixo quanto à centralidade da luta docente, neste ano:

“A partir da análise Movimento Docente e Conjuntura do 26º Congresso delibera que a centralidade da luta do ANDES-SN para 2007 seja:

1) reorganização e unificação da classe trabalhadora na luta contra as reformas neoliberais.

2) defesa do serviço público, da universidade pública com financiamento público, pela valorização do trabalho docente e recomposição salarial”.



## Cotas na UFRRJ: assunto polêmico

Os professores questionaram a forma como tem sido conduzido o assunto na Universidade. Destacaram a impertinência do texto publicado há algumas semanas no Rural Semanal, apontando que, até o momento, só houve manifestações favoráveis à adoção da política de cotas na UFRRJ. Reforçaram a necessidade de se debater o assunto de forma plural, contemplando visões antagônicas sobre o tema, como forma de subsidiar a discussão.

Os docentes também questionaram as perguntas e a metodologia empregada pela Administração Superior para fazer uma consulta à comunidade acerca das cotas na UFRRJ. Disseram que esta consulta, cujo questionário foi encartado no Rural Semanal, é informal e não representativa, uma vez que seus dados não podem ser usados de forma oficial.

A Assembleia da ADUR-RJ deliberou pela elaboração de um documento da entidade, questionando a metodologia como se tem conduzida a questão das cotas na Universidade. Para isso, aprovaram que uma Comissão – constituída pelos professores Celia R. Otranto, Luis Mauro Magalhães e Dari C. Sobrinho e Lenício Gonçalves – agendasse uma reunião com a Decana de Ensino de Graduação, Profa. Nídia Majerowicz. Além de dialogar com a Decana, a Comissão pretende apresentar um documento à Administração Superior, apontando suas considerações sobre o tema.

## ANDES-SN e Conlutas

Quanto à relação do ANDES-SN com a Conlutas, os professores aprovaram, por unanimidade, a filiação do Sindicato Nacional à Coordenação e apontaram a necessidade de se fortalecer a entidade como um dos pilares de enfrentamento às reformas neoliberais do governo, em defesa da classe trabalhadora.

OTR 16, que versa sobre o tema, foi redigido pelos Professores Luis Mauro Magalhães, Frederico Falcão e Celia Regina Otranto - que irão como delegados ao 26º Congresso.

O texto foi aprovado pelos presentes, por unanimidade. O plenário também considerou pertinentes as propostas de modificação nos Estatutos da CONLUTAS, que integram o referido texto, chamado "Conlutas - mais um passo na reorganização dos trabalhadores".

Tal documento foi publicado na íntegra na última edição do *ADUR Informa*.

Ao lado, apresentamos as propostas dos sindicalizados da ADUR-RJ S. Sind, aprovadas pelos presentes em Assembléia.

## Texto Resolução - TR 16

-O 26º Congresso delibera que o ANDES-SN se filie à CONLUTAS;

-O 26º Congresso aprova as seguintes sugestões de mudanças dos Estatutos, a serem levadas ao Congresso da CONLUTAS:

a) Parágrafo Quinto, Artigo 5º, referente aos Princípios, sugerimos a mudança, como segue:

"Parágrafo Quinto - A democracia e a unidade na ação. A CONLUTAS irá pautar o seu funcionamento através de formas e processos que assegurem a ampla participação do conjunto de trabalhadores em suas deliberações, em todas as instâncias, de maneira horizontal, que assegurem a democracia e um rico e saudável debate interno, respeitando a diversidade política existente em seu interior. Os processos...";

b) Parágrafo Único do Artigo 11º., "Compete à Coordenação Nacional definir os critérios em base aos quais se elegerão os delegados".

A sugestão é de que esta deliberação passe para o próprio Congresso, substituindo o Parágrafo único por:

**Parágrafo primeiro** - O Congresso Nacional será convocado pela Coordenação Nacional da CONLUTAS, através de Edital publicado em órgão de circulação nacional e por meio de convocatória amplamente divulgada em toda sua base territorial.

**Parágrafo segundo** - Compete ao Congresso Nacional aprovar os critérios em base aos quais se elegerão os delegados para o Congresso do ano posterior. Compete à Coordenação Nacional elaborar proposta para estes critérios.

**Parágrafo terceiro** - Compete ao Congresso Nacional aprovar as normas que nortearão a sua organização sendo estas submetidas à aprovação, na abertura dos trabalhos".

Adotando-se esta mudança se deveria incluir o seguinte artigo no Capítulo XIV, das Disposições Transitórias:

"A competência de aprovação dos critérios em base aos quais se elegerão os delegados, que é tratada no Artigo 11º, Parágrafo Segundo, poderá ser da Coordenação nacional até o II Congresso da CONLUTAS".

Também para manter a coerência com as demais instâncias, estas mudanças devem ser aplicadas para os Congressos Estadual e Regional/Municipal.

c) Alteração do Art. 13º: "O Encontro Nacional se reunirá anualmente, seis meses após o Congresso, será composto por um delegado da base de cada entidade e será convocado pela Coordenação Nacional da CONLUTAS";

d) No Art. 42º, das Disposições Transitórias, adicionar, ao final do Artigo, o seguinte: "Este Regimento Interno deverá ser submetido à aprovação do Congresso posterior a esta elaboração e terá como prazo final o II Congresso da CONLUTAS".

-O 26º Congresso do ANDES-SN aprova a solicitação ao Congresso da CONLUTAS, para que este remeta para as suas bases um debate mais aprofundado sobre o que está estabelecido no Artigo 10º, referente às instâncias intermediárias de organização, como Congressos e Coordenações Estaduais e Regionais/Municipais, tomando como referência a experiência destas instâncias, vivida em outras entidades.

## Políticas Sociais e Política Educacional:

Os docentes também discutiram outros Textos Resolução (TR) do Caderno de Textos do 26º Congresso, que contemplavam o debate sobre políticas sociais e política educacional.

Em relação ao TR 11, "A Educação Superior em perigo: expansão sem qualidade e precarização do trabalho docente", proposto pela Diretoria do ANDES-SN, a assembléia da ADUR-RJ deliberou pela supressão do item 3. Este item afirma que "o 26º Congresso delibera que o ANDES-SN refute toda tentativa de utilização do ensino superior a distância, com vista à emissão de diplomas na educação superior: graduação e pós-graduação (mestrado e doutorado), bem como a emissão de certificados para os cursos de pós-graduação *lato sensu*, por entender que essa modalidade de ensino não tem propiciado formação humana e profissional, nos termos historicamente defendidos pelo Movimento Docente".

De acordo com os professores, é preciso combater a utilização do ensino superior a distância de forma indiscriminada, mas isso não quer dizer que *todas* as suas formas são perniciosas. Eles citaram exemplos de experiências de ensino a distância que têm beneficiado alunos que moram em regiões distantes, que também desejam ter acesso a formação profissional.

A ADUR-RJ sugeriu duas novas redações para este item:

"1) Que o ANDES-SN refute tentativas de utilização do ensino a distância que não sejam direcionadas à complementação do ensino regular ou para atender demandas pontuais de formação; 2) Que o ANDES-SN refute todas as tentativas de ensino a distância como recurso para inflar dados estatísticos referentes à ampliação da emissão de diplomas da educação superior, bem como certificados dos cursos de pós-graduação *lato sensu*, por entender que essa modalidade de ensino não deve

ser usada, de forma indiscriminada, no lugar do ensino regular, uma vez que não comporta todas as suas dimensões.

Em relação ao TR 12, que versa sobre a Atualização do Caderno 2 do ANDES-SN, também proposto pela Diretoria do Sindicato Nacional, os presentes na Assembléia da ADUR-RJ deliberaram pela supressão do item 1. Tal item propõe a redação de um "texto-documento de atualização, propriamente dita, restrito ao Capítulo 7, atualmente intitulado Gestão Democrática, que passa a chamar-se "Democracia Institucional", incorporando documentos e posicionamentos, já aprovados nas instâncias do ANDES-SN, sobre a questão de democratização do acesso e da permanência. Nessa perspectiva, ele vem acompanhado de um TR que encaminha a sua aprovação".



A Assembléia da ADUR-RJ deliberou pela supressão do item transcrito acima por entender que o Caderno 2 é um dos documentos mais importantes do Sindicato Nacional, contendo os princípios que sustentam a política educacional do ANDES-SN. Os professores da ADUR-RJ argumentaram que não é possível aprovar uma parte do Caderno 2 sem discuti-lo completamente, analisando todo o seu conteúdo.

OTR 13 foi apresentado ao Caderno de Textos do ANDES-SN como contribuição da Profa. Vera Jacob, sindicalizada da Associação de Docentes da Universidade Federal do Pará (ADUFPA). Ele chama-se: "Fundeb - o falso discurso da ampliação de recursos e universalização/democratização da educação básica".

Quanto ao que o TR 13 propõe, a ADUR-RJ deliberou pela substituição dos itens 1 e 2, que determinam que o ANDES-SN deve: "1) posicionar-se contrário ao financiamento da educação básica por meio do FUNDEB (EC nº 53/2006) por se constituir numa política de "fundos" pontual, temporária e focalizada, não possibilitando o acréscimo significativo dos recursos necessários para a promoção de uma educação pública de qualidade, o que só será possível, com alteração do art. 212 da CF conforme propõe o ANDES-SN. 2) realizar estudos sobre a implantação do FUNDEB e sobre o montante de recursos aplicados com vistas a denunciar à população a falsa política de financiamento da educação e desvelar a real situação do financiamento da educação do país".

A ADUR-RJ propôs nova redação para estes itens: "O ANDES-SN deve acompanhar a implantação do FUNDEB e, uma vez comprovada a existência de falsa política de financiamento, que não possibilite acréscimo significativo dos recursos necessários para a promoção de uma política pública de qualidade, deve posicionar-se contrariamente ao financiamento da educação por meio deste Fundo".

Como não foi possível esgotar todos os assuntos, nova AG foi agendada para o dia 12/2. Porém, ela não foi realizada por falta de quorum.

### **Plano de telefonia celular para associados**

Em Assembléia, os professores aprovaram que a ADUR-RJ providencie uma minuta do contrato da prestação de serviço de telefonia celular/ plano empresa, que deverá ser submetida, para a aprovação dos associados, em nova AG.

O Prof. Dari C. Sobrinho pesquisou as ofertas de operadoras de telefonia celular. Constituída uma comissão para tal fim, formada pelos docentes Dari, Adivaldo Fonseca, Lenício Gonçalves e Ana Cristina dos Santos, concluiu-se que a melhor proposta é da empresa Claro.

**Solicitamos aos interessados, que entrem em contato com a ADUR-RJ e que procurem o Prof. Dari para outras informações, como vantagens, ofertas, e outros benefícios.**

## **Informes Jurídicos:**

### **Sobre a acumulação de cargos por professores D.E.**

Abaixo, reproduzimos o e-mail enviado pelo assessor jurídico da ADUR-RJ, em 12 de fevereiro

À Diretoria da ADUR-RJ,  
Prezados Senhores,

Recente esta Assessoria foi provocada, a partir desta Associação, por professores se dizendo injustiçados ou incorretamente apenados, por ordens da Administração para que devolvam ao Erário valores pertinentes a acumulação de cargos ocorrida no passado, havendo variação do período do cúmulo. Os mesmos expedientes administrativos dão ciência, de um modo ou de outro, de que esses docentes, após informados pela UFRRJ da ocorrência abriram mão de um dos cargos que cumulavam.

Insurgem-ne, no entanto, quanto à cobrança feita pela Instituição. Não há, deve-se dizer, ameaça de perdimento do cargo, mas há a determinação de que devolvam, sob pena de ação judicial de cobrança, o recebido pelo acúmulo.

A princípio, preparamos expediente defendendo a não necessidade de devolução do valor recebido enquanto havida a acumulação, com base em entendimento de ato normativo federal, pontuado pela inexistência de má-fé, o que daria guarida ao pretendido pelos docentes.

No entanto, com o seguimento do expediente administrativo, deflagrado com a oposição manifestada nos nossos requerimentos, eis que veio à lume, como informado pela UFRRJ, que esses professores detinham a condição de professores com Dedicção Exclusiva quando do exercício, em caráter permanente, de outro vínculo.

Ora, por certo, essa informação, antes nos omitida por esses profissionais, muda completamente nosso entendimento.

#### **Insalubridade:**

**Comunicamos aos professores que as cópias dos laudos referentes ao processo de insalubridade já estão disponíveis para consulta na sede da Associação de Docentes da UFRRJ.**

A existência de vínculo com essa IFES moldado pela dedicação exclusiva, como decorrente das normas legais que regem a carreira docente, faz descaracterizar, s.m.j., a existência da boa-fé, pois sabido que de pleno conhecimento desses profissionais que a DE é impeditiva de qualquer outra vinculação de caráter permanente, implicando um contra-senso a manutenção de outra atividade laborativa de natureza permanente, não eventual e não episódica.

Em assim sendo, inaplicável à espécie o fixado no Parecer nº 145 da Advocacia Geral da União, inicialmente utilizado como sustentá-lo em prol desses docentes, pois não se pode dizer do desconhecimento da cogente regra que impede o cúmulo para os que têm que exclusivamente dedicar-se ao serviço público.

À guisa de outras considerações, é de se destacar que tem sido posição histórica do movimento docente a defesa desses princípios, não se podendo olvidar que esta previsão legal - dedicação exclusiva - íntegra, como norma, o plano único da carreira docente, por exigência das próprias entidades reunidas no ANDES-SN de muitos e muitos anos, e que vem sendo reiteradamente manifestada em suas proposições quanto à organização da Academia.

Com essas considerações preliminares, esta Assessoria não vê como pautar a defesa dos interesses desses professores, com o que remete o assunto à análise e ciência desta Associação, uma vez que parece haver na pretensão desses profissionais sério e intransponível conflito com os princípios ordenadores do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES/SN.

Sendo o que se apresenta,  
Atenciosamente,

**Marcelo Chalréo**  
Assessor Jurídico

# ADUR-RJ participa de Semana de Arte e Cultura, promovida pelo DCE/UFRRJ

Romper com o isolamento entre a Universidade e a Sociedade. Esta foi uma das principais motivações que levou o Diretório Central dos Estudantes a promover a “Semana de Arte e Cultura – voltando a brincar de circo”, no período de 4 a 8 de fevereiro, no Campus da UFRRJ. De acordo com João Brandão, um dos Diretores do DCE – Gestão Reação Coletiva, esta é uma iniciativa independente do Diretório Central dos Estudantes da UFRRJ – que coincidiu com a V Bienal de Arte, Ciência e Cultura da UNE (União Nacional dos Estudantes), que ocorreu entre 27 de janeiro e 2 de fevereiro, em nível nacional.

Segundo João Brandão, além de “demolir” o muro invisível que cerca a Universidade e a distância da sociedade, a Semana de Arte e Cultura do DCE também pretende contestar a concepção de que a cultura está restrita somente a determinadas classes sociais.

O DCE contou com o apoio do Ministério da Educação, da Administração Superior da UFRRJ, do Decanato de Extensão da Universidade e da Usina Termométrica Barbosa Lima Sobrinho/Petrobrás para promover um evento gratuito. A ADUR-RJ também colaborou.

O primeiro dia da Semana de Arte e Cultura da UFRRJ contou com um *Festival de Pipa*, que atraiu as crianças do Município de Seropédica.

A Presidente da Associação, Lenir Lemos Furtado de Aguiar, participou da abertura solene do evento, no dia 5 de fevereiro. Além dela, compuseram a mesa: o Magnífico Reitor da UFRRJ, Ricardo Motta Miranda; os representantes da UNE,

Maurício Piccini, e do DCE, Rodrigo César, e William Coutinho, que representava Dr. Luis Fernando Gutman, da Usina Termométrica Barbosa Lima Sobrinho/Petrobrás.

Inicialmente, o Reitor Ricardo Motta Miranda ressaltou a importância do evento para a Universidade, afirmando ser essencial que se promovam mais manifestações culturais na UFRRJ.

Os demais componentes da mesa reafirmaram que a promoção de arte e cultura são essenciais para a educação e formação dos estudantes e da sociedade. Todos lamentaram o fato de a abertura do evento ter sido esvaziada – o que, segundo Maurício Piccini, demonstra como as pessoas ainda se preocupam muito mais com a educação tecnológica tradicional, em detrimento da formação cultural.

Na ocasião, o representante do DCE leu um Manifesto reivindicando uma lona cultural para a realização de manifestações artísticas dos estudantes da UFRRJ, como um espaço de integração.

No dia 5 de fevereiro, também houve o debate do tema: “Cultura como ferramenta e inclusão social” – mais uma das atividades que marcaram a “Semana de Arte e Cultura – voltando a brincar de circo”.

Ao longo da semana, houve mais atividades artísticas e culturais na UFRRJ, como realização de oficinas, exibição de filmes, apresentações de grupos musicais, danças, teatro, artesanato e literatura.

A festa de encerramento – Rural Folia – aconteceu na Praça de Seropédica, no Km 49, com apresentações de grupos musicais.



ACIMA, AS TENDAS QUE FORAM ARMADAS NA ENTRADA DO PRÉDIO PRINCIPAL DA UNIVERSIDADE, POR OCASIÃO DA SEMANA DE ARTE E CULTURA DO DCE. ABAIXO, A MESA DE ABERTURA DO EVENTO. DA ESQUERDA PARA A DIREITA: WILLIAM COUTINHO, O MAGNÍFICO REITOR RICARDO MIRANDA, RODRIGO CÉSAR, MAURÍCIO PICCINI E A PROFA. LENIR FURTADO, REPRESENTANDO A ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UFRRJ.



## Expediente

**Adur Informa – Publicação da Associação dos Docentes da UFRRJ**  
End.: Rod. BR 465, Km 7 - Campus da UFRRJ – Seropédica (RJ) – CEP: 23.851-970  
Caixa Postal: 74.537 – Telefax: (21) 2682-1379 - Tel.: (21) 2682-1005 ou (21) 3787-8464  
E-mails: [adurrij@adur-rj.org.br](mailto:adurrij@adur-rj.org.br) ou [imprensa@adur-rj.org.br](mailto:imprensa@adur-rj.org.br)

**Conselho Editorial:** Professores Célia Regina Otranto, Francisco de Assis da Silva, Frederico José Falcão, Lenício Gonçalves, Lenir Furtado e Luis Mauro S. Magalhães. **Redação e diagramação:** Aline Pereira (Reg. Profissional 25163 Mtb). **Fotolito e impressão:** Tipológica Comunicação Integrada. **Tiragem:** dois mil exemplares



